

DUCE SP

30 30 10

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, E COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

Pelo presente instrumento,

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 1.327, 4º andar, sala 01, Vila Nova Conceição - CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.746.577/0001-15, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Emissora" e/ou "Cosan");

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.030.395/0001-46, na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures ("Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu contrato social por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

e ainda, na qualidade de fiadoras,

COSAN LIMITED, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis das ilhas de Bermudas, com sede em Canon's Court, 22 Victoria Street, Hamilton HM 12, Bermuda, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 08.887.330/0001-52, neste ato representada nos termos de seus documentos constitutivos ("Cosan Limited");

PROVENCE PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 1.327, 4º andar, sala 16, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 12.623.886/0001-09, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Provence" e, em conjunto com Cosan Limited, simplesmente "Fiadoras");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser convolada em Espécie com Garantia Real, e com Garantia*



DUCE SP

30 10 10

Adicional Fidejussória, em Duas Séries, ~~para Distribuição Pública com Esforços Restritos~~, da Cosan S.A. Indústria e Comércio" (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com as seguintes autorizações:

(i) reunião do conselho de administração da Emissora, realizada em 11 de outubro de 2012 ("RCA da Cosan"), na qual foram deliberadas, entre outras coisas, as condições da Emissão, bem como as garantias constituídas em favor dos Debenturistas, conforme disposto no parágrafo 1º artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); e

(ii) reunião do conselho de administração da Provence ("RCA da Provence"), realizada em 10 de outubro de 2012, na qual foram deliberadas as condições da prestação de garantias pela Provence no contexto da Emissão, quais sejam: (a) aprovação da outorga da Fiança Provence (conforme definido abaixo) em favor dos Debenturistas; e (b) penhor das ações representativas de 60,05% (sessenta inteiros e cinco centésimos por cento) das ações de emissão da Empresa Alvo (abaixo definida), de titularidade da Provence, representativos de 68.308.884 (sessenta e oito milhões, trezentos e oito mil, oitocentos e oitenta e quatro) ações ordinárias e 3.649.056 (três milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e cinquenta e seis) ações preferenciais de emissão da Empresa Alvo;

(iii) reunião do *Board of Directors* da Cosan Limited, realizada em 9 de outubro de 2012, que aprovou a outorga da Fiança Cosan Limited (conforme definido abaixo) em favor dos Debenturistas, nos termos da legislação das Ilhas de Bermudas. ("Reunião do Board of Directors da Cosan Limited").

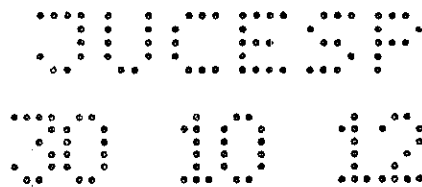
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na CVM e na ANBIMA

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976.





2.1.2. A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita"), nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA").

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas da RCA da Emissora e RCA da Provence

2.2.1. A ata da RCA da Cosan que deliberou a Emissão foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 19 de outubro de 2012, sob o n.º 455.950/12-0 e foi publicada em 20 de outubro de 2012 no Diário Oficial do Estado de São Paulo e 22 de outubro de 2012 no Jornal "Valor Econômico" ("Jornais de Publicação da Companhia"), em conformidade com o artigo 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata da RCA da Provence que deliberou a constituição das garantias prestadas pela Provence no âmbito da Emissão, foi arquivada na JUCESP em 19 de outubro de 2012, sob o n.º 455.952/12-7 e foi publicada em 20 de outubro de 2012 no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) no Jornal "O Dia" ("Jornais de Publicação da Fiadora") e, em conjunto com Jornais de Publicação da Companhia "Jornais de Publicação").

2.2.3. A Emissora e a Provence encaminharão ao Agente Fiduciário cópia das atas das respectivas RCA que deliberaram a Emissão e a constituição das Garantias (conforme abaixo definido) devidamente arquivada na JUCESP, bem como das referidas publicações, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir das datas de arquivamento e publicações, respectivamente.

2.2.4. Os atos societários da Emissora e da Provence que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCESP, bem como serão publicados nos respectivos Jornais de Publicação.

2.3. Registro da Escritura de Emissão e Eventuais Aditamentos

2.3.1. A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º do mesmo artigo da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora enviará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura de Emissão e dos eventuais aditamentos registrados na JUCESP em até 5 (cinco) dias úteis contados da obtenção do registro na JUCESP.



JUCESP

31 10 13

2.3.2. Nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em razão da Garantia Fidejussória (conforme abaixo definido), a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas das sedes das Partes, em até 5 (cinco) dias úteis contados da obtenção do registro na JUCESP. No prazo até 5 (cinco) dias úteis contados do referido registro, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura de Emissão, e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrada em tais Cartórios.

2.4. Registro para Colocação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e negociação no mercado secundário no SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) em mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. Nos termos do artigo 3º de seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social as seguintes atividades: (i) a importação, exportação, produção e comercialização de açúcar, álcool, cana-de-açúcar e demais derivados de tal produto agrícola; (ii) a distribuição de combustíveis em geral e o comércio de produtos derivados do petróleo; (iii) a exploração de postos de abastecimento e a compra e venda de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo; (iv) os serviços de logística, portuária e de assessoria técnica, administrativa e financeira; (v) o transporte, de toda espécie, de passageiros e cargas, inclusive navegação interior e de travessia fluvial e lacustre; (vi) a produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes de cogeração de energia elétrica; (vii) a exploração agrícola e pastoril em terras próprias ou de terceiros; (viii) a importação, exportação, manipulação, comercialização, industrialização, guarda, serviços de carga e descarga de fertilizantes e demais insumos agrícolas; (ix) a administração, por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral; (x) a prestação de serviços técnicos



DUCEP

10 10 10

relativos às atividades antes mencionadas, e (xi) a participação no capital social de outras sociedades.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão pública de Debêntures da Emissora.

4.2. Séries

A Emissão será realizada em duas séries, sendo a 1ª série no valor de R\$ 1.900.000.000,00 (um bilhão e novecentos milhões de reais) ("Debêntures da 1ª Série") e a 2ª série no valor de R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais) ("Debêntures da 2ª Série") e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, simplesmente "Debêntures", ambas na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

4.3. Valor Total da Emissão

O valor total das Debêntures, na Data de Emissão, conforme definida abaixo, será de R\$3.300.000.000,00 (três bilhões e trezentos milhões de reais) ("Valor Total da Emissão").

4.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 3.300 (três mil e trezentas) Debêntures, sendo 1.900 (mil e novecentas) Debêntures da 1ª Série e 1.400 (mil e quatrocentas) Debêntures da 2ª Série.

4.5. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados pela Emissora para realização de aumento do capital social da Provence, sociedade integralmente controlada pela Emissora, que, por sua vez, utilizará integralmente os recursos recebidos por meio de referido aumento de capital para o pagamento à sociedade Integral Investments BV da aquisição de participação equivalente a 72,7% (setenta e dois inteiros e sete décimos por cento) das ações ordinárias e 14,1% (quatorze inteiros e um décimo por cento) das ações preferenciais de emissão da Companhia de Gás de São Paulo – Comgás ("Empresa Alvo" ou "Comgás") e pagamento dos tributos em razão do ganho de capital, retidos na fonte, representativas de 60,05% (sessenta inteiros e cinco centésimos por cento) do capital total da Comgás, conforme previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre Provence, Integral Investments BV, BG



Gas São Paulo Investments B.V., BG Energy Holdings Limited e a Emissora, em 28 de maio de 2012.

4.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e o agente escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado 'Cidade de Deus', s/n.º, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e/ou "Agente Escriturador").

4.7. Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8. Colocação e Procedimento de Distribuição

4.8.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") ou "Coordenador Líder") e do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores") nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser convolada em Espécie com Garantia Real e, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, da Cosan S.A. Indústria e Comércio" ("Contrato de Distribuição") firmado entre a Emissora e os Coordenadores.

4.8.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409” e “Investidores Qualificados”, respectivamente), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.8.3 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas



INVESTIDORES QUALIFICADOS

DEBÊNTURES

Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.8.4 A Emissão não poderá ser aumentada em nenhuma hipótese.

4.8.5 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o plano de distribuição previsto no Contrato de Distribuição.

4.8.6 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável; e (iii) concorda com todos os termos e condições dessa Emissão.

4.8.7 Não será concedido qualquer tipo de desconto aos interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.8.8 Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

CLÁUSULA QUINTA- DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

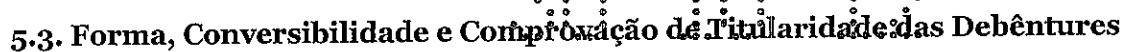
5.1. Data de Emissão

Para todos os fins de direito e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 01 de outubro de 2012 ("Data de Emissão").

5.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").





5.3.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escrirador, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, e serão convoladas em espécie com garantia real, nos termos da Cláusula 5.20 abaixo.

5.5.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário na data da primeira subscrição e integralização (“Preço de Integralização” e “Data de Liquidação”, respectivamente). As Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas em datas diversas, a partir da data de início da distribuição até o término do prazo de colocação, em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e os Coordenadores, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição.

5.5.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato de subscrição, por meio dos procedimentos do SDT.

As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vigência de 6 (seis) anos contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de outubro de 2018 ("Prazo de Vigência das Debêntures da 1ª Série" e "Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série", respectivamente), e as Debêntures da 2ª Série terão prazo de vigência de 8 (oito) anos contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de outubro de 2020 ("Prazo de Vigência das Debêntures da 2ª Série" e "Data de Vencimento Debêntures da 2ª Série" respectivamente e, quando em conjunto com o Prazo de Vigência das Debêntures da 1ª Série, "Prazo de Vigência das Debêntures" e com a Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, "Data de Vencimento das Debêntures",



DUCE SP

30 30 30

respectivamente), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado, obrigatório e/ou de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

5.7. Atualização Monetária

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

5.8. Remuneração

5.8.1. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Liquidação, correspondente a 123,0% (cento e vinte três por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI Over"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e pagos ao final do Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a fórmula indicada na Cláusula 5.8.4 abaixo ("Remuneração").

5.8.2. As taxas médias diárias serão acumuladas de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Liquidação ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

5.8.3. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Liquidação e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida), e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures.

5.8.4. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator DI} - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devidos ao final do Período de Capitalização;



ANEXO
30 10 12

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI= Produtório das Taxas DI Over, com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

Onde:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

k = número de ordem da Taxa DI Over, variando de 1 (um) até "n";

n = número total de Taxas DI Over, sendo "n" um número inteiro;

p = percentual aplicado sobre a Taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais, neste caso, 123,00 (cento e vinte e três inteiros);

TDI_k = Taxa DI Over de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

k = 1, 2, ..., n

DI_k = Taxa DI Over de ordem "k", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada, com 2 (duas) casas decimais.

Observações:

(a) O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;



DUCEP

$$\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{P}{100} \right) \right]$$

(b) Efetua-se o produto dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{P}{100} \right) \right]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(c) Se os fatores diários estiverem acumulados, considera-se-á o fator resultante "Fator DI Over" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

(d) Taxa DI Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

5.8.5. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI Over quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta cláusula, será utilizada, em sua substituição, para apuração de TDI_k a última Taxa DI Over divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades tanto por parte da Emissora, da Provence e da Cosan Limited e/ou pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI Over respectiva.

5.8.6. No caso de extinção, limitação, ausência de apuração e/ou não divulgação da Taxa DI Over por mais de 5 (cinco) dias consecutivos da data esperada para sua apuração e/ou divulgação e/ou impossibilidade de aplicação às Debêntures da Taxa DI Over, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos contados (i) da data de término do prazo de 5 (cinco) dias consecutivos, ou (ii) da data de extinção da Taxa DI Over ou, (iii) de impossibilidade de aplicação da Taxa DI Over, conforme o caso, convocar a assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), para deliberação de titulares de Debêntures representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração (no modo e nos termos previstos na Cláusula Oitava abaixo). Até a deliberação desse novo parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, as fórmulas acima definidas, sendo que para a apuração de TDI_k será utilizado o valor da última Taxa DI Over divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

5.8.7. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas a alternativa escolhida dentre:



JUCESP
30 10 12

(i) resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, no Período de Capitalização em questão até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos encargos moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, não sendo devido, no entanto, o prêmio de resgate de que trata a Cláusula 5.12.3. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI Over divulgada; ou

(ii) apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em Circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por titulares das Debêntures representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI Over.

5.8.8. Caso não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas e não haja o resgate antecipado das Debêntures conforme o inciso (i) da Cláusula 5.8.7, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios, se houver.

5.8.9. Caso haja acordo entre a Emissora e Debenturistas sobre a taxa de remuneração substituta, a Escritura de Emissão deverá ser aditada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data da Assembleia Geral de Debenturistas que aprovar a referida remuneração substituta.



DUCEP

30.10.13

5.8.10. Caso a Taxa DI Over venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida assembleia não será mais realizada, e a nova Taxa DI Over, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI Over conhecida anteriormente, a ser utilizada até data da divulgação da referida Taxa DI Over.

5.8.11. As Fiadoras desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 5.8.1. a 5.8.10 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme disposto no artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se as Fianças prestadas nos termos desta Escritura de Emissão válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. As Fiadoras desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

5.9. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário

5.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais, sendo a primeira parcela em 01 de agosto de 2014 e a última na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série, conforme estabelecido abaixo:

Data de Pagamento da Amortização das Debêntures da 1ª Série	Percentual de Amortização sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série.
01/08/2014	15,7895% (quinze inteiros e sete mil oitocentos e noventa e cinco décimos de milésimos por cento)
01/08/2015	15,7895% (quinze inteiros e sete mil oitocentos e noventa e cinco décimos de milésimos por cento)
01/08/2016	15,7895% (quinze inteiros e sete mil oitocentos e noventa e cinco décimos de milésimos por cento)
01/08/2017	23,6842% (vinte e três inteiros e seis mil oitocentos e quarenta e dois décimos de milésimos por cento)
01/10/2018	28,9474% (vinte e oito inteiros e novecentos mil quatrocentos e setenta e quatro décimos de milésimos por cento)

5.9.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado em duas parcelas anuais, sendo a primeira amortização em 01 de agosto de 2019, e a segunda na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.



DUCEP

DEBÊNTURES

Data de Pagamento da Amortização das Debêntures da 2ª Série	Percentual de Amortização sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série.
01/08/2019	46,4286% (quarenta e seis inteiros, quatro mil duzentos e oitenta e seis décimos de milésimos por cento)
01/10/2020	53,5714% (cinquenta e três inteiros, cinco mil cento e quatorze décimos de milésimos por cento)

5.10. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento das Debêntures, sendo os pagamentos devidos em 1º de fevereiro e 1º de agosto de cada ano, com início em 1º de fevereiro de 2013 e final na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

5.11. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação.

5.12. Resgate Antecipado Facultativo

5.12.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente as Debêntures, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, no todo ou em parte, mediante notificação prévia e escrita aos Debenturistas com cópia para o Agente Fiduciário e Banco Mandatário, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data do efetivo resgate ("Resgate Antecipado Facultativo" e "Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo", respectivamente).

5.12.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá constar (a) a data e o procedimento de Resgate Antecipado Facultativo, observada a legislação pertinente, bem como os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (b) se o resgate será total ou parcial; (c) o valor do pagamento devido aos Debenturistas conforme disposto na Cláusula 5.12.3 abaixo; e (d) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas;

5.12.3. O valor do Resgate Antecipado Facultativo devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (i) da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Liquidação ou do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, e (ii) dos respectivos prêmios de Resgate Antecipado



DUCE SP

30 30 30

Facultativo, conforme fórmula abaixo (“Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 1ª Série” e “Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 2ª Série”):

$$PU_{\text{resgate}} = VNe + (\text{Prêmio} * VNe)$$

onde:

PU_{resgate} = Valor Unitário do Resgate Antecipado

VNe = Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Liquidação ou do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado

Prêmio = conforme tabela abaixo

Data do Resgate Antecipado (a contar da Data de Emissão)	Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 1ª Série	Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 2ª Série
1º (primeiro) ano	0,50%	1,80%
2º (segundo) ano	0,50%	1,55%
3º (terceiro) ano	0,50%	1,20%
4º (quarto) ano	0,50%	1,00%
5º (quinto) ano	0,50%	1,00%
6º (sexto) ano	0,45%	0,90%
7º (sétimo) ano	-	0,80%
8º (oitavo) ano	-	0,60%

5.12.4. Caso o Resgate Antecipado Facultativo seja parcial, o Agente Fiduciário conduzirá um sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações. O Resgate Antecipado Facultativo parcial, deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela CETIP, por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, válido para o Resgate Antecipado Facultativo parcial, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.



A 10x10 grid of dots. The dots are arranged in a regular grid pattern, with some dots missing to form a shape resembling the number 100. The shape is composed of 100 dots, with the top row having 10 dots, the second row having 10 dots, the third row having 10 dots, the fourth row having 10 dots, the fifth row having 10 dots, the sixth row having 10 dots, the seventh row having 10 dots, the eighth row having 10 dots, the ninth row having 10 dots, and the tenth row having 10 dots.

5.12.5. A data do Resgate Antecipado Facultativo deverá, obrigatoriamente, ser um dia útil. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP, conforme acima. Para tal a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, por meio de correspondência, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização.

5.12.6. O pagamento do valor a ser resgatado deverá ser realizado pela Emissora na data do Resgate Antecipado Facultativo, sendo certo que todas as Debêntures objeto de resgate serão liquidadas em uma única data. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

5.13. Resgate Antecipado Obrigatório

5.13.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.12, e seus subitens, acima e na Cláusula 5.14, e seus subitens, abaixo, no caso de eventuais alienações da participação direta ou indireta da Emissora na Empresa Alvo, desde que a Emissora permaneça com no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias representativas do capital social da Empresa Alvo, com os recursos obtidos em razão das referidas alienações a Emissora deverá resgatar, no todo ou em parte, as Debêntures em Circulação, independentemente do Índice Dívida Líquida/EBITDA (conforme definido na alínea (xxxi) da Cláusula 5.14) (“Resgate Antecipado Obrigatório”).

5.13.2. O Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures será realizado pelo saldo Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, e deverá se operacionalizar, nos termos da legislação aplicável, de acordo com o procedimento de resgate previsto nas Cláusulas 5.12.2 a 5.12.6, sendo certo que neste caso a Emissora também pagará aos Debenturistas o prêmio descrito na Cláusula 5.12.3.

5.14. Vencimiento Antecipado

5.14.1. Observado o disposto nas Cláusulas 5.14.2 a 5.14.8 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o pagamento antecipado pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da respectiva Remuneração devida e demais encargos devidos e não pagos até a data do Vencimento Antecipado, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Liquidação ou último Período de Capitalização, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses (“Vencimento Antecipado”):

- (i) (a) decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência da Emissora e/ou das Fiadoras e/ou de suas Subsidiárias (conforme



CONSULTORIA JURÍDICA

DE DEBÊNTURES

definido abaixo), ou (b) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial da Emissora e/ou das Fiadoras e/ou suas Subsidiárias, não elidido no prazo legal;

- (ii) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora e/ou das Fiadoras e/ou de suas Subsidiárias Relevantes, excetuada a extinção da Provenge em razão de sua incorporação pela Comgás;
- (iii) não pagamento, nas datas de vencimento respectivas, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contado da data do respectivo vencimento;
- (iv) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Emissão, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do respectivo inadimplemento, exceto quando não houver prazo diverso expressamente definido na presente Escritura de Emissão;
- (v) protestos legítimos de títulos contra a Emissora e/ou as Fiadoras e/ou as respectivas Subsidiárias cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, ou (ii) se o protesto for cancelado, sustado judicialmente, ou for prestada garantia aceita em juízo, no valor do(s) protesto(s), sendo certo que tais medidas deverão ser informadas para o Agente Fiduciário no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da ocorrência do protesto, seu cancelamento ou sustação;
- (vi) inadimplemento ou não pagamento, na data de vencimento original, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou das Fiadoras e/ou de suas Subsidiárias, no mercado local ou internacional, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas. Fica estabelecido que não será caracterizado o vencimento antecipado das Debêntures caso a Emissora e/ou as Fiadoras e/ou suas Subsidiárias, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do evento, conteste referido inadimplemento, adotando medidas judiciais ou arbitrais cabíveis, ou realize acordo com credor, o qual deverá ser apresentado por escrito ao Agente Fiduciário;
- (vii) decretação de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras ou de mercado de capitais, no mercado local ou internacional, contratadas pela Emissora e/ou Fiadoras e/ou Subsidiárias, no mercado local ou internacional, cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;



DUCE SP

30 10 12

- (viii) não cumprimento de qualquer sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão arbitral não sujeita a recurso proferida contra a Emissora e/ou Fiadoras e/ou suas Subsidiárias, que afete substancialmente a capacidade financeira da Emissora e/ou Fiadoras e/ou suas Subsidiárias, bem como que afete substancialmente a capacidade de cumprir com qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura;
- (ix) redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (x) alteração do Estatuto Social da Emissora, que implique na modificação do dividendo mínimo obrigatório;
- (xi) ocorrência de fusão, cisão ou incorporação da Emissora, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (xii) pagamento pela Emissora ou pela Cosan Limited de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, no caso de estarem em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, excetuado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Emissora;
- (xiii) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiv) se a Garantia Fidejussória: (a) for objeto de questionamento judicial, no Brasil ou no exterior, pela Emissora, e/ou pelas Fiadoras, desde que a garantia não seja substituída pela Emissora mediante aprovação prévia dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de notificação escrita neste sentido, enviada pelo Agente Fiduciário; e (b) não for devidamente constituída e formalizada, nos termos da Cláusula 5.20 desta Escritura de Emissão; ou (c) for anulada ou de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida;
- (xv) ocorrência de alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou das Fiadoras, sem a prévia anuência dos Debenturistas;



COSEAN

PLANNING

- (xvi) caso as declarações feitas pela Emissora e pelas Fiadoras, nesta Escritura de Emissão, sejam falsas ou incorretas, e tal falsidade e/ou incorreção não seja sanada no prazo de 20 (vinte) dias úteis de seu conhecimento pela Emissora;
- (xvii) alteração do objeto social da Emissora e/ou das Fiadoras conforme disposto em seu estatuto social, que resultem alteração relevante em seu setor de atuação;
- (xviii) sequestro, expropriação, nacionalização ou desapropriação da totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou das Fiadoras, e/ou das Subsidiárias Relevantes, por qualquer autoridade governamental, exceto se tal ato for cancelado, susinado ou, por qualquer forma, suspenso, em qualquer hipótese, dentro dos prazos legais;
- (xix) atuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, contra a qual não tenham sido interpostos os recursos competentes, que afete de maneira relevante a capacidade financeira da Emissora e/ou das Fiadoras, esta última conforme aplicável;
- (xx) não obtenção, suspensão, não renovação, término, cancelamento ou revogação, das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, necessárias ao exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou pelas Subsidiárias Relevantes, cuja ausência impossibilite a continuidade das atividades da Emissora, das Fiadoras e/ou das Subsidiárias Relevantes exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data do evento respectivo, a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras e/ou das Subsidiárias Relevantes comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (xxi) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura de Emissão;
- (xxii) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão;
- (xxiii) existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos da Emissora e/ou das Fiadoras e/ou suas Subsidiárias Relevantes que importem em infringência à legislação que trata do combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, bem como a crime contra o meio ambiente;
- (xxiv) resgate das 8,25% *Perpetual Notes* emitidas pela Cosan Overseas Limited em 5 de novembro de 2010, ou qualquer outro instrumento de dívida no mercado local ou



RAÍZEN

ENERGIA

internacional, com característica de perpétuo, que venha a substituí-lo, em que a Emissora é garantidora, excetuando-se o caso em que os recursos para tal resgate sejam provenientes de emissão de outro instrumento de dívida no mercado local ou internacional, com característica de perpétuo ou aumento de capital em dinheiro;

- (xxv) redução da participação acionária detida pela Emissora, na presente data, na Raízen Energia Participações S.A. ("Raízen Energia") e Raízen Combustíveis S.A. ("Raízen Combustíveis");
- (xxvi) redução da participação acionária detida pela Emissora naquelas Subsidiárias Relevantes em que a Emissora detenha participação mínima, direta ou indireta de 51% no capital social para percentual inferior a 51%. Não será considerada, para efeitos deste item, a Docelar Alimentos e Bebidas S.A. ("Docelar");
- (xxvii) alienação ou transferência da propriedade das ações que a Emissora detenha, direta ou indiretamente, na Empresa Alvo, de modo que a Emissora, direta ou indiretamente, passe a deter menos de 51% do capital social da Empresa Alvo, bem como a constituição de qualquer garantia em grau subsequente das ações de emissão da Empresa Alvo já empenhadas em favor dos Debenturistas, nos termos do Contrato de Penhor (abaixo definido);
- (xxviii) contratação pela Provença de quaisquer obrigações financeiras onerosas ou endividamento de qualquer forma, no mercado local ou internacional, incluindo instrumentos derivativos e outras operações similares, e/ou de qualquer ônus, gravames, garantias reais e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade, direta ou indiretamente, conforme aplicável, da Emissora e/ou da Provença sobre a Empresa Alvo;
- (xxix) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, salvo se tal transferência, cessão ou promessa de cessão for previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures;
- (xxx) deliberação de proposta para pagamento de o pagamento de juros sobre capital próprio e/ou dividendos, em qualquer caso, acima do dividendo mínimo obrigatório, pela Emissora caso a relação Dívida Líquida/EBITDA (conforme abaixo definido) com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora for



3000000000

3000000000

superior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) até 31 de março de 2012 ou superior a 3,00 (três inteiros) períodos subsequentes; e

(xxxi) descumprimento pela Emissora, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, de qualquer dos índices e limites financeiros ("Covenants Financeiros") indicados na Cláusula 5.14.2. abaixo, observado o disposto na referida cláusula.

5.14.2. Para os fins da alínea xxxi da Cláusula 5.14.1. acima, os *Covenants Financeiros*, a serem verificados anualmente, nos termos da Cláusula 6.2 (a) (iv), serão os seguintes:

(i) Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a: (a) 3,5 (três inteiros e cinco décimos) com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2013 e (b) 3,0 (três inteiros) com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas aos demais exercícios sociais até a Data de Vencimento das Debêntures;

(ii) Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos), caso a aquisição da ALL seja realizada por qualquer outra sociedade coligada, controlada ou controladora da Emissora.

(iii) Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,0 (dois inteiros), caso a aquisição da ALL – América Latina Logística S.A. ("ALL") seja realizada pela Emissora;

5.14.2.1. O cálculo do Covenant Financeiro descrito no item (i) acima, realizado após a data de conclusão da aquisição da Comgás, deverá considerar o EBITDA da Comgás dos últimos 12 (doze) meses anteriores à data do cálculo.

5.14.2.1.1. Caso o exercício social da Emissora seja alterado, de forma que passe a ter início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro, a relação Dívida Líquida/EBITDA mencionada no item (i) da Cláusula 5.14.2 acima deverá ser apurada, para o item (a), com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e, para o item (b), com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas aos exercícios sociais a partir de 31 de dezembro de 2012 e até a Data de Vencimento das Debêntures, sendo certo que os itens (a) e (b) acima serão calculados com base nos últimos 12 (doze) meses findos nos períodos indicados.

5.14.2.2. Para os efeitos dos itens (ii) e (iii) da Cláusula 5.14.2 acima, a razão Dívida Líquida / EBITDA será calculada com base no balanço combinado das Subsidiárias Relevantes, excluindo-se do cálculo a Raízen Energia, a Raízen Combustíveis e a Empresa Alvo e incluindo a sociedade coligada, controlada ou controladora da Emissora que efetuar a aquisição da ALL.



DUCEP

31 03 13

5.14.2.3. Após junho de 2013 ou após a adoção, pela Emissora, das novas regras contábeis seguindo os padrões estabelecidos pelo *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") que não permite a consolidação proporcional de *joint ventures*, o que ocorrer por último, serão aceitos cálculos *pro forma* para a apuração dos *Covenants Financeiros*, ficando sob responsabilidade da Emissora, elaborar e enviar ao Agente Fiduciário o cálculo da Dívida Líquida e do EBITDA *pro forma*.

5.14.2.4. Fica desde já estabelecido que a Dívida Líquida e o EBITDA *Pro Forma* serão calculados de maneira proporcional à participação da Emissora nas suas subsidiárias. Nos termos do item (iv) da Cláusula 6.2 (a) abaixo, a Emissora ficará obrigada a providenciar o envio de *compliance certificate* preparado por uma empresa de auditoria independente, revisando os cálculos do EBITDA e Dívida Líquida e, conseqüentemente, atestando o cumprimento dos *Covenants Financeiros* ("*Compliance Certificate*").

5.14.2.5. Caso seja verificado que a Emissora descumpriu ao menos um dos *Covenants Financeiros* indicados na Cláusula 5.14.2 acima e, que a variação cambial anual tenha sido superior a 20% (vinte por cento), a Emissora poderá apresentar *Compliance Certificate*, atestando o cumprimento dos *Covenants Financeiros* nos termos da Cláusula 5.14.2.6 abaixo.

5.14.2.7. Para elaboração do *Compliance Certificate*, a taxa de conversão dos direitos e obrigações com variação indexada a dólares norte americanos deverá ser correspondente à média simples entre (a) a taxa de câmbio de fechamento, para venda, do dólar norte-americano, divulgada pelo Banco Central do Brasil ("*BACEN*"), disponível no Sistema de Informações do Banco Central ("*SISBACEN*") (transação PTAX800 - Opção 5), correspondente à data de encerramento do período em que o *Covenant Financeiro* está sendo apurado; e (b) a taxa de câmbio de fechamento, para venda, do dólar norte-americano, divulgada pelo BACEN, disponível no SISBACEN (transação PTAX800 - Opção 5), correspondente à data de fechamento das demonstrações financeiras da Emissora imediatamente anteriores.

5.14.3. Para fins desta Escritura de Emissão considerar-se-á:

(i) "EBITDA": significa o lucro operacional antes do resultado financeiro, tributos sobre a renda, amortização, depreciação e qualquer impacto de variação do valor justo (*fair value*) no ativo biológico ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora;

(ii) "Dívida Líquida": significa a somatória da rubrica de empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não-circulante menos as seguintes rubricas: (1) caixa e equivalentes de caixa e (2) títulos e valores mobiliários, com



DUCEP

2011

base em valores extraídos da demonstração financeira consolidada da Emissora, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis;

(iii) "Subsidiárias Relevantes": significa as subsidiárias, diretas ou indiretas, atuais ou a serem constituídas, incluindo a Empresa Alvo, da Emissora cuja receita líquida anual, direta ou indiretamente, seja superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) e, na qual a Emissora detenha ou venha a deter, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 51% do capital social, ou subsidiárias nas quais a Emissora detenha (i) direitos que assegurem a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral, (ii) o poder de eleger a maioria dos administradores, e/ou (iii) o uso efetivo do controle para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos, incluindo Raízen Energia, Raízen Combustíveis e a sociedade coligada, controlada ou controladora da Emissora que efetuar a aquisição da ALL;

(iv) "Subsidiárias": significa, além das Subsidiárias Relevantes, aquelas controladas e coligadas cuja Emissora, a Fiadora e/ou Empresa Alvo (a) detenha controle direto ou indireto e/ou (b) possua participação majoritária de forma direta ou indireta.

5.14.4. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos incisos (i), (ii), (iii), (vi), (vii), (ix), (xxiii) e (xxvii) da Cláusula 5.14.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, respeitados os prazos de cura especificados nas respectivas alíneas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.14.5. Fica desde já estabelecido que a transferência e/ou alienação, para outras sociedades integrantes do grupo econômico da Emissora, da participação detida pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, desde, nas sociedades Administração de Participações Aguassanta Ltda., Águas da Ponte Alta S.A., Aliança Indústria e Comércio de Açúcar e Alcool Ltda., Barrapar Participações S.A., Bioinvestments Negócios e Participações S.A., Proud Participações S.A. e Vale da Ponte Alta S.A., não será considerada hipótese de vencimento antecipado.

5.14.6. Na ocorrência de quaisquer dos demais eventos previstos que não sejam aqueles previstos na Cláusula 5.14.4 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas, na forma da Cláusula Oitava da presente Escritura de Emissão, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contados do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas ou pela Emissora, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures.



Figure 1 consists of two rows of five diagrams each, illustrating the spatial distribution of 1000 points in a square domain. The top row shows points distributed in a regular grid pattern, while the bottom row shows points distributed in a random pattern.

5.14.8. Caso ocorra o pagamento citado na Cláusula 5.14.7, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.

5.15.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados da Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, adicionalmente sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, estes calculados *pro rata temporis*.

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.15 acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no



DUPLICATA

30/10/10

recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento e/ou prevista no comunicado.

5.17. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Agente Escriurador.

5.18. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

5.19. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação.

5.20. Garantias Reais

5.20.1. Como garantia do fiel, pontual e integral pagamento do Valor Garantido (abaixo definido) a Emissão contará com as seguintes garantias, sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"):

- (i) cessão fiduciária, nos termos da legislação aplicável, dos direitos de crédito da Emissora sobre os valores a serem depositados e mantidos nas Contas Vinculadas, definidas nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças ("Cessão Fiduciária" e "Contrato de Cessão Fiduciária", respectivamente); e



CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

(ii) penhor das ações representativas de 60,05% (sessenta inteiros e cinco centésimos por cento) do capital social da Empresa Alvo, de titularidade da Provence, representativos de 68.308.884 (sessenta e oito milhões, trezentos e oito mil, oitocentos e oitenta e quatro) ações ordinárias e 3.649.056 (três milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e cinquenta e seis) ações preferenciais de emissão da Comgás, nos termos do Contrato de Penhor de Ações ("Penhor de Ações") e "Contrato de Penhor de Ações").

5.20.1.1. Adicionalmente à Cessão Fiduciária e ao Penhor de Ações (doravante denominados, em conjunto, "Garantias Reais"), a Emissão contará com garantia adicional fidejussória, representada por duas fianças, a primeira concedida pela Provence ("Fiança Provence") e a segunda concedida pela Cosan Limited ("Fiança Cosan Limited", e, em conjunto com a Fiança Provence, as "Fianças" e/ou "Garantias Fidejussórias" e, quando em conjunto com Garantias Reais, denominados "Garantias"), nos termos das disposições legais aplicáveis e conforme as disposições da Cláusula 5.21 abaixo.

5.20.2. As Debêntures passarão a ser da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, na data em que ocorrer a transferência de 68.308.884 (sessenta e oito milhões, trezentos e oito mil, oitocentos e oitenta e quatro) ações ordinárias e 3.649.056 (três milhões, seiscentos e quarenta e nove mil e cinquenta e seis) ações preferenciais representativas de 60,05% (sessenta inteiros e cinco centésimos por cento) do capital social da Empresa Alvo, de titularidade da Provence. A Provence deverá providenciar o registro do Penhor de Ações junto ao banco escriturador competente no prazo máximo de 1 (um) dia útil contado da data da efetiva transferência das ações empenhadas, devendo ainda apresentar ao Agente Fiduciário, no prazo de 1 (um) dia útil, a comprovação de tal registro e um extrato da conta de custódia, evidenciando o Penhor de Ações constituído, respeitados, se houver, outros prazos exigidos pelo banco escriturador para efetuar tal registro.

5.20.2.2 A Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde logo autorizados e obrigados a celebrar aditamentos à presente Escritura de Emissão ("Aditamentos"), para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de quirografária para a espécie com garantia real, ficando desde já estabelecido que não será necessária qualquer deliberação das Fiadoras ou realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação dos Aditamentos.

5.20.2.3 A celebração do Aditamento mencionado na Cláusula 5.20.2.2 acima deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos contados da data de registro do Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Penhor de Ações (doravante denominados, em conjunto, "Contratos de Garantia") nos respectivos Cartórios de Títulos e Documentos indicados nos Contratos de Garantia, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures. Dessa forma, a convolação da espécie



DUCEP

11 10 10

quiografária das Debêntures em espécie com garantia real ocorrerá mediante (i) o registro dos Contratos de Garantia nos Cartórios de Títulos e Documentos indicados nos respectivos instrumentos; e (ii) anotação do Penhor das Ações junto ao Livro de Registro de Ações da Comgás ou nos livros da instituição financeira prestadora dos serviços de ações escriturais, nos termos do disposto no artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações.

5.21. Garantias Fidejussórias

5.21.1 Nos termos da (i) Reunião do Conselho de Administração a Provence e (ii) Reunião do *Board of Directors* da Cosan Limited, a Provence e a Cosan Limited prestam, individualmente, sem solidariedade, fianças em favor dos Debenturistas, aqui representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadoras e principais pagadoras de todos os valores devidos no âmbito da Emissão e da presente Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir:

- (i) as Fiadoras declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, solidariamente fiadoras e principais pagadoras do Valor Total da Emissão na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário (o "Valor Garantido");
- (ii) o Valor Garantido será pago pelas Fiadoras no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas às Fiadoras nesse sentido, mediante a qual será informado o inadimplemento por parte da Emissora, na respectiva data de pagamento, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação os montantes devidos aos Debenturistas a título de Valor Nominal Unitário, Remuneração e/ou encargos de qualquer natureza ("Notificação de Inadimplemento"). A Notificação de Inadimplemento só poderá ser emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures (1) após a verificação do inadimplemento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão, respeitados eventuais períodos de cura e/ou (2) quando da declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (iii) os pagamentos deverão ser realizados pelas Fiadoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, fora do âmbito da CETIP;
- (iv) as Fiadoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos Artigos 333, parágrafo único, 366, 821,



30.03.98

30.03.98

827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e os Artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (o "Código de Processo Civil");

- (v) mediante a excussão das Fianças objeto desta Cláusula 5.21 as Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas. A Provence e a Cosan Limited desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado, nos termos destas fianças, conforme o caso, após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (vi) as Fianças objeto desta cláusula entrarão em vigor na Data de Emissão, vigendo até o pagamento integral do Valor Garantido, quer seja pela Emissora ou pelas Fiadoras;
- (vii) as Fiadoras desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do Artigo 835 do Código Civil, a data de pagamento integral do Valor Garantido;
- (viii) as Fianças foram devidamente consentidas de boa fé pela Provence e Cosan Limited, nos termos das disposições legais aplicáveis; e
- (ix) as Fianças poderão ser executadas e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.
- (x) o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas deverão encaminhar a Notificação de Inadimplemento via fac-símile por meio do nº 3897-9798 informando tal inadimplemento para que realize o pagamento devido pela Emissora.

5.21.2. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução de quaisquer Garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

5.21.3. No exercício de seus direitos, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Documentos das Garantias (conforme abaixo definido), o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar as Garantias, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral do Valor Garantido.

5.21.4. As Garantias referidas acima são outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Companhia, e pelas Fiadoras, conforme aplicável, vigendo até a integral liquidação do Valor Garantido, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Penhor de Ações, da presente Escritura de Emissão e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização das Garantias, a serem firmados entre a Emissora, a Cosan Limited, a Provence, o Agente Fiduciário



0000000000

0000000000

e a instituição depositária da Conta Vinculada (conjuntamente, os Documentos das Garantias”).

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMISSORA E DAS FIADORAS

6.1. Obrigações Financeiras da Emissora

6.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, em especial ao disposto no inciso (xxxi) da Cláusula 5.14.1 acima, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora, conforme aplicável, obriga-se, ainda, a observar os seguintes índices financeiros:

(i) Caso a relação Dívida Líquida/EBITDA, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, seja maior ou igual a 2,50 (dois inteiros e cinco décimos), a Emissora e/ou suas controladas estarão limitadas a realizar aquisições de empresas e/ou participações acionárias em montante anual de no máximo R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo que as seguintes condições deve ser cumulativamente atendidas:

(a) o Índice Dívida Líquida/EBITDA com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, calculado *Pro Forma* para incluir a empresa adquirida, não deve ultrapassar 3,00 (três inteiros); e

(b) o Índice Dívida Líquida/EBITDA do balanço combinado das Subsidiárias Relevantes, excluindo a Raízen Energia, a Raízen Combustíveis e a Empresa Alvo calculado *Pro Forma* para incluir a empresa adquirida, não deve ultrapassar: (1) 2,50 (dois inteiros e cinco décimos) caso a aquisição da ALL seja feita por meio de qualquer sociedade coligada, controlada ou controladora da Emissora; ou (2) 2,00 (dois inteiros) caso a aquisição da ALL seja feita por meio da Emissora.

(ii) Para o cálculo dos índices referidos no item (i) acima, a Emissora obriga-se a apresentar o índice Dívida Líquida/EBITDA *Pro Forma* imediatamente após a referida aquisição.

(iii) Sem prejuízo do disposto nesta alínea, a Emissora poderá solicitar aprovação prévia dos Debenturistas para a realização de aquisição de empresas ou participações que pretenda realizar, sendo certo que a aprovação pelos Debenturistas de qualquer aquisição que lhes seja submetida para análise nos termos deste item não poderá ser negada injustificadamente, ficando acordado que a negativa de aprovação não pode ser baseada, exclusivamente, na verificação dos índices previstos nesta cláusula.



UNESP

30 00 10

(iv) Caso seja verificado que o índice Dívida Líquida/EBITDA, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, esteja entre (a) 2,00 (dois inteiros) e 3,50 (três inteiros e cinco décimos) até 31 de março de 2013 ou; (b) 2,00 (dois inteiros) e 3,00 (três inteiros) nos períodos subsequentes, observado o disposto na Cláusula 5.14.2.1.1:

(a) a Emissora deverá oferecer os recursos provenientes de alienação de participação da Emissora em outras sociedades para resgate antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 5.13 acima;

(b) a Emissora não poderá realizar a distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio caso tenha prejuízo líquido ao final do exercício social; e

(c) caso a Emissora tenha lucro líquido ao final do exercício social, poderá distribuir dividendos com relação aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2013, 2014 e 2015, desde que o montante total anual a ser distribuído seja limitado ao maior valor entre (i) R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e (ii) o dividendo mínimo obrigatório cuja distribuição seja exigida nos termos da lei ou do Estatuto Social, observado que, caso o exercício social da Emissora seja alterado, de forma que passe a ter início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro, deverão ser considerados, para fins deste item (c), os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014.

6.2. A Emissora está adicionalmente obrigada:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) (a) 90 (noventa) dias consecutivos da data do encerramento de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; e (b) 100 (cem) dias consecutivos da data do encerramento de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras completas das Subsidiárias Relevantes, incluindo parecer dos auditores independentes e notas explicativas;
- (ii) dentro do prazo máximo, conforme previsto na legislação aplicável à época, contado após o término de seu exercício social de cada ano ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras das Fiadoras, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes;



JUCESP
30 10 10

- (iii) em até 10 (dez) dias úteis da data do encerramento de cada exercício social, declaração de diretor da Emissora atestando o cumprimento, pela Emissora e pelas Fiadoras, das disposições desta Escritura de Emissão;
- (iv) em até 110 (cento e dez) dias corridos contados das datas de encerramento de cada exercício social, a Emissora ficará obrigada a providenciar o envio de *Compliance Certificate*;
- (v) em até 10 (dez) dias úteis da Data de Liquidação das Debêntures, documento(s) comprobatório(s) da utilização dos recursos captados na presente Emissão, na forma da Cláusula 4.5 acima;
- (vi) dentro de 10 (dez) dias úteis, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 5 (cinco) dias úteis desde que justificado pela Emissora, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), exceto no caso de informações que ainda não tenham sido divulgadas ao mercado, que terão o tratamento previsto na alínea (viii) abaixo;
- (vii) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 5.19 acima;
- (viii) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados os respectivos registros na JUCESP;
- (ix) informações sobre qualquer descumprimento de natureza pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão;
- (x) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza não pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do conhecimento do descumprimento;



JUCESP

30 10 10

- (xi) imediatamente cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora e/ou pelas Fiadoras que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora e das Fiadoras, ou ainda ao cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão;
- (xii) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do respectivo arquivamento na JUCESP, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos; e
- (xiii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) convocar, nos termos da Cláusula Oitava, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (c) informar o Agente Fiduciário imediatamente, desde que seja do seu conhecimento, sobre a ocorrência de qualquer evento previsto na Cláusula 5.14.1. desta Escritura de Emissão;
- (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (e) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (f) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (g) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual e integral cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;



INVEST

2010

- (h) comparecer às Assembleias Gerais de Debênturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (i) não praticar qualquer ato em desacordo com o Estatuto Social da Emissora e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (j) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (k) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (l) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (m) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e previamente aprovadas pela Emissora, sempre que possível, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (o) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (p) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;



ARSESP

ANEXO

- (q) observar as disposições da Instrução CVM nº 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (r) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (s) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores e encaminhar à CETIP, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados das datas de divulgações de suas demonstrações financeiras;
- (t) fornecer aos Debenturistas, no prazo de 90 (noventa) dias consecutivos da data do encerramento de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social então encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; e (b) cópia das demonstrações financeiras completas das Subsidiárias Relevantes, incluindo parecer dos auditores independentes e notas explicativas;
- (u) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (v) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (w) manter os documentos mencionados na alínea (s) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; e
- (x) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (r) acima; (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) dia útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- (y) enviar anualmente ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas declaração com a indicação do representante legal da Cosan Limited no Brasil, nos termos da Cláusula 9.1.3 abaixo;
- (z) apresentar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, no prazo de 90 (noventa) dias consecutivos contados da aprovação prévia da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (“ARSESP”) para aquisição das ações de



JUCESP

30 10 10

emissão da Comgás pela Provence. a anuência do Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES para a troca de controle da Empresa Alvo e para a conclusão da sua aquisição pela Provence.

6.3. As despesas a que se refere a Cláusula 6.2 (n) acima compreenderão, sem limitação, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não tenham sido entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos da solicitação;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, desde que realizadas dentro de critérios de razoabilidade e bom senso e dentro da função fiduciária que lhe é inerente, e previamente aprovadas pela Emissora; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

6.4. Sem prejuízo das obrigações acima, a Cosan Limited obriga-se a manter representante legal no Brasil, nos termos da legislação aplicável, com poderes específicos para representar a Cosan Limited perante todas e quaisquer repartições públicas e autoridades públicas, federais, estaduais e municipais, bem como perante qualquer Tribunal, em especial com poderes para receber citação em nome da Cosan Limited, assinar a presente Escritura e todos os demais documentos relacionados com a presente Emissão.

6.5. Caso o representante legal indicado na Cláusula 9.1.3 desta Escritura seja alterado, a Emissora e a Cosan Limited deverão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhar correspondência ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, com a indicação e qualificação do novo representante legal constituído, bem como com a cópia dos instrumentos de constituição de tal representante.



CLÁUSULA SÉTIMA - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

CLÁUSULA SÉTIMA - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

CLÁUSULA SÉTIMA - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (j) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (k) os representantes legais do Agente Fiduciário que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as



DUCE

30 10 12

obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor, conforme disposições do seu Estatuto Social;

- (l) as Garantias Reais e as Garantias Fidejussórias, nos termos das Cláusulas 5.20 e 5.21 acima encontram-se devidamente constituídas;
- (m) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (n) conforme exigência do artigo 12, XVII, alínea "k" da Instrução CVM 28, na data de celebração desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões:

Emissora:	Docelar Alimentos e Bebidas S.A.
Valor da emissão:	R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais)
Data de emissão	4 de outubro de 2012
Quantidade de debêntures emitidas:	170 (cento e setenta) debêntures
Espécie:	Quirografária
Prazo de vencimento:	As debêntures vencerão em 4 de outubro de 2017.
Garantias:	Garantia adicional real e fidejussória
Eventos de resgate:	A Docelar poderá, a qualquer tempo a partir da data de emissão, realizar resgate antecipado total ou parcial das debêntures.
Amortização:	Depois do período de carência (24 meses) as amortizações serão semestrais, sendo o primeiro pagamento devido em 4 de abril de 2015, e o último pagamento devido na data de vencimento.
Conversão:	As debêntures não são conversíveis.
Repactuação:	As debêntures não serão objeto de repactuação programada.
Inadimplemento:	A Docelar encontra-se adimplente com suas obrigações.

- (o) verificou que as Garantias, individualmente, reapresentam 100% (cem por cento) do volume da Emissão, na Data de Emissão;



DUCEAP
30 10 12

- (p) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Companhia, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário.

7.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

7.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) será devida parcela única de R\$12.000,00 o (doze mil reais) para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário, devidas 05 (cinco) dias úteis após a data de assinatura da Escritura de Emissão. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento;
- (b) no caso de inadimplemento no pagamento das debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das Garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias úteis após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das Garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao Vencimento Antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
- (c) no caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão e aos Contratos de Garantias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações;



UNESP

UNESP

- (d) as remunerações previstas nos itens (a) e (b) acima não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas;
- (e) os tributos vigentes à época do pagamento, tais como ISS, PIS e COFINS serão acrescidos à remuneração proposta, de forma que seja paga líquida de impostos;
- (f) as parcelas da remuneração dispostas acima serão atualizadas pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão;
- (g) as remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (h) o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (i) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária pelo IGP-M ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo;
- (j) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As



Los tres departamentos de

- (k) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário;
- (l) fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento da Remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados;
- (m) caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário. Obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão o Agente Fiduciário à revisão dos honorários propostos;
- (n) o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento; e
- (o) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.



JUCESP

20 10 10

7.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das debêntures;
- (h) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, bem como intimar a companhia a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (i) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública



DUCEP

do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

- (j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - i. eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. resgate, amortização, e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela companhia Emissora
 - vi. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - vii. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;



DUCEP

7777 7777 7777

- viii. declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias;
 - ix. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por pela própria Emissora, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
 - x. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (m) acima aos titulares de Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- i. na sede da Emissora;
 - ii. na sede do Agente Fiduciário;
 - iii. na CVM;
 - iv. na CETIP; e
 - v. no escritório do Coordenador Líder.
- (o) publicar, às expensas exclusivas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (p) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;



DEBÊNTURES

DEBÊNTURES

- (q) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às debêntures resgatadas;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (s) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados na Cláusula 5.19 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da sua ciência da ocorrência do evento ou da data em que o evento se tornar público, o que ocorrer primeiro, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações, sendo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (t) acompanhar, diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures calculado pela Emissora; e
- (u) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão; e
- (v) divulgar as informações referidas no item (ix), da alínea (m) desta Cláusula, em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento.

7.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) executar as garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora e, no caso das



DUCEP

30 10 10

Fiadoras, na hipótese de ocorrência de procedimento similar onde estão estabelecidas.

7.6.1. O Agente Fiduciário, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em Circulação.

7.6.2. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável;

7.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de deliberação dos Debenturistas, comprometendo-se, tão-somente, a agir em conformidade com o disposto nesta Escritura de Emissão e também conforme as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência de tal cumprimento. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.8. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

7.9. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por



DUCEP

7.9.1

titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

7.9.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

7.9.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.9.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

7.9.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

7.9.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 2.3 acima.

7.9.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA OITAVA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.



DUCE SP

30 10 10

8.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

8.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

8.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes, aos representantes do Agente Fiduciário ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas, através de publicação de aviso aos titulares de Debêntures, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

8.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

8.4.2 Independente das formalidades previstas nesta Escritura de Emissão, será considerada regular Assembleia Geral dos Debenturistas que comparecerem todos os Debenturistas.

8.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

8.6. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

8.6.1. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente:

- i. Prazo de Vigência das Debêntures;



DUCE SP

30 10 12

- ii. Data de Vencimento das Debêntures;
- iii. Remuneração ou Data de Pagamento da Remuneração;
- iv. valores e datas de amortização do principal das Debêntures;
- v. quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e alterações nos procedimentos aplicáveis à sua realização;
- vi. alterações das hipóteses de Vencimento Antecipado previstas na Cláusula 5.14.

8.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

8.6.3. Observado o disposto na Cláusula 8.6.1 acima, toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

8.7. As deliberações que afetem exclusivamente os Debenturistas de uma série serão tomadas pelos titulares de Debêntures da referida série. As demais deliberações serão tomadas em conjunto, devendo os quoruns ser calculados com base na totalidade das Debêntures em Circulação.

8.8. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Oitava, serão consideradas como "Debêntures em Circulação" aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador, familiares, ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau ou em poder das Fiadoras.

8.9. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.



0000000000

0000000000

8.10. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora, da Cosan Limited e da Provence nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

8.11. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA NONA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA, DAS FIADORAS

9.1. A Emissora, a Provence e a Cosan Limited, neste ato declaram individualmente que:

- (a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, com exceção da Cosan Limited que é sociedade devidamente organizada constituída e existente de acordo com as leis das Ilhas de Bermudas;
- (b) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures, a constituição das Garantias e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e dos Documentos de Garantia, bem como o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissão, a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e as Fiadoras sejam partes ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e das Fiadoras, salvo os mencionados nesta Escritura de Emissão, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora as Fiadoras ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou



- (e) a Emissora, a Provence e a Cosan Limited, esta última conforme aplicável, estão cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, necessárias à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental;
- (f) não possuem conhecimento de que as suas demonstrações financeiras disponíveis não representam corretamente a sua respectiva posição financeira naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e no caso da Cosan Limited de acordo com o IFRS.
- (g) a Emissora tem plena ciência de que não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da presente Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (h) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (i) não há qualquer ligação entre a Emissora, e/ou as Fiadoras e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (j) esta Escritura de Emissão e as Garantias, previstas nas Cláusulas 5.20 e 5.21, constituem obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, da Cosan Limited e da Provence, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil;
- (k) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (l) exceto pela autorização da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP para a celebração do Contrato de Penhor, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o



DUCE SP

IN IN

cumprimento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão, bem como pelo registro da Emissão na CETIP; e

- (m) a Cosan Limited possui procurador no Brasil, constituído com amplos poderes, em especial para receber citação em ações judiciais que lhe sejam instauradas.

9.1.1. A Emissora, a Provence e a Cosan Limited obrigam-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão.

9.1.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 9.1.1 acima, a Emissora e as Fiadoras obrigam-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações ora prestadas tornem-se inverídicas ou incorretas a partir da data em que foram prestadas.

9.1.3 A Emissora e a Cosan Limited, desde já declaram e garantem que o procurador legal da Cosan Limited, constituído com amplos poderes, em especial para receber citação em ações judiciais que lhe sejam instauradas em território brasileiro é Sr. Rubens Ometto Silveira Mello, brasileiro, casado, engenheiro, RG 4.170.972-X, CPF 412.321.788-53, residente e domiciliado à Av. Presidente Juscelino Kubitscheck, 1327, 4º andar, CEP 04543-011, São Paulo, SP.

CLÁUSULA DEZ – DAS NOTIFICAÇÕES

10.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, n.º 1.327,

4º andar, sala 01, CEP 04543-011 São Paulo – SP

At.: Marcos Marinho Lutz

Tel.: (11) 3897-9789

Facsimile: (11) 3897-9798

E-mail: marcos.lutz@cosan.com.br

88

1



JUCESP
30 10 12

Para a Provence:

PROVENCE PARTICIPAÇÕES S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, n.º 1.327,
4º andar, sala 16, CEP 04543-011 São Paulo – SP
At.: Marcos Marinho Lutz
Tel.: (11) 3897-9789
Facsimile: (11) 3897-9798
E-mail: marcos.lutz@cosan.com.br

Para a Cosan Limited:

COSAN LIMITED

Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, n.º 1.327,
4º andar, CEP 04543-011 São Paulo – SP
At.: Marcos Marinho Lutz
Tel.: (11) 3897-9789
Facsimile: (11) 3897-9798
E-mail: marcos.lutz@cosan.com.br

Para o Agente Fiduciário:

**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA**

At.: Viviane Rodrigues
Tel.: (11) 2172-2675
Facsimile: (11) 3078-7264
E-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

Departamento de Ações e Custódia – DAC
Av. Yara, S/N - Cidade de Deus - Prédio Amarelo – 2º Andar
CEP 06029-900, Osasco – SP
At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo
Tel.: (11) 3864-7911 / (11) 3684-2852
Fac-símile: (11) 3684-2714
E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br; 4010.tomo@bradesco.com.br;
4010.custodiarf@bradesco.com.br

Para a CETIP S.A. – Mercados Organizados:

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar



30 10 12

CEP 01452-001, São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel.: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Para a Comissão de Valores Mobiliários:

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares – Centro
CEP 20050-901, Rio de Janeiro, RJ
At.: Superintendência de Registro de Valores Mobiliários – SRE
Tel.: (21) 3554-8686

10.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax, por telegrama, ou correio eletrônico nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

CLÁUSULA ONZE – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas



DUCEP

70 10 10

encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

11.5. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.7. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

11.8. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA DOZE – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 22 de outubro de 2012.

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco]

[Assinatura]

[Assinatura]

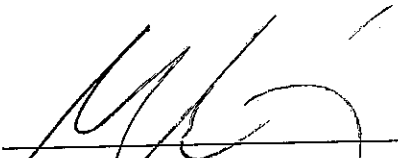


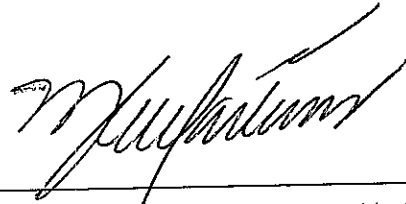
DUCEP

30 10 19

Página 1/5 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser convolada em Espécie com Garantia Real e, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Cosan S.A. Indústria e Comércio

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO


Nome: MARCOS MARINHO LUTZ
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE


Nome: MARCELO EDUARDO MARTINS
Cargo: DIRETOR VICE-PRESIDENTE FINANCEIRO
E DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES





DUCESP

31 01 12

Página 2/5 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser convolada em Espécie com Garantia Real e, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Cosan S.A. Indústria e Comércio

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.



Nome:

Cargo:

Viviane Rodrigues
Diretora



Nome:

Cargo:

Flávio D. Aguetoni
Procurador

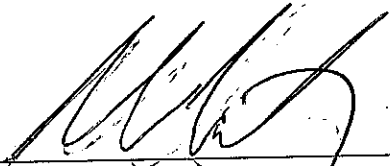



DUCEP

30 10 12

Página 3/5 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser convolada em Espécie com Garantia Real e, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Cosan S.A. Indústria e Comércio

COSAN LIMITED

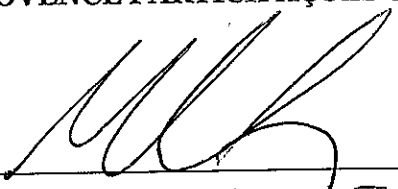

Nome: MARCOS MARINHO LUTZ
RG: 15.649.492-9
CPF: 147.274.178-12
Nome: RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO
RG: 4.170.972-X
CPF: 412.321.788-53

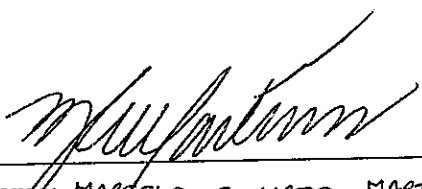
DUCEP

31 10 12

Página 4/5 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser convolada em Espécie com Garantia Real e, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Cosan S.A. Indústria e Comércio

PROVENCE PARTICIPAÇÕES S.A.


Nome: MARCOS MARINHO LUTZ
RG: 15.649.492-9
CPF: 147.274.178-12


Nome: MARCELO EDUARDO MARTINS
RG: 15.465.270
CPF: 084.530.118-7



JUCESP
30 10 12

Página 5/5 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária a ser convolada em Espécie com Garantia Real e, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Cosan S.A. Indústria e Comércio

Testemunhas:

Raquel Gzili
Nome: 30.715 358-6 SSA/SP
RG:
CPF: 311571 348-74

Ana Eugênia J. S. Queiroga
Nome:
RG: 15461802000-3
CPF: 009.635.843-24

